



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LAVRAS

**INCIDÊNCIA E CONHECIMENTO SOBRE AUTOMEDICAÇÃO: PERFIL DE
USUÁRIOS DE MEDICAMENTOS NUMA DETERMINADA POPULAÇÃO**

FLAVIANE CARDOSO MONTES

**LAVRAS – MG
2020**

FLAVIANE CARDOSO MONTES

**INCIDÊNCIA E CONHECIMENTO SOBRE AUTOMEDICAÇÃO: PERFIL DE
USUÁRIOS DE MEDICAMENTOS NUMA DETERMINADA POPULAÇÃO**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Lavras como parte
das exigências do curso de graduação
em Enfermagem.

Profa. Ms. Estefânia Aparecida de
Carvalho Pádua

**LAVRAS – MG
2020**

Ficha Catalográfica preparada pelo Setor de Processamento Técnico
da Biblioteca Central do UNILAVRAS

M779i Montes, Flaviane Cardoso.
Incidência e conhecimento sobre automedicação: Perfil de usuários de medicamentos numa determinada população/ Flaviane Cardoso Montes. – Lavras: Unilavras, 2020.
45f.:il.

Monografia (Graduação em Enfermagem) – Unilavras, Lavras, 2020.
Orientador: Profa. Estefânia Aparecida de Carvalho Pádua.

1. Automedicação. 2. Medicamentos. 3. Saúde pública. 4. Intoxicação medicamentosa. I. Honório, Ana Cláudia Barbosa (Orient.). II. Título.

FLAVIANE CARDOSO MONTES

**INCIDÊNCIA E CONHECIMENTO SOBRE AUTOMEDICAÇÃO: PERFIL DE
USUÁRIOS DE MEDICAMENTOS NUMA DETERMINADA POPULAÇÃO**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Lavras como parte
das exigências do curso de graduação
em Enfermagem.

APROVADA EM:

ORIENTADORA

Profa. Ms. Estefânia Aparecida de Carvalho Pádua - Unilavras

MEMBRO DA BANCA

Profa. MS. Karla Lauriane Coutinho - Unilavras

A Deus, meu refúgio e fortaleza;

Aos os meus pais, Agnaldo e Juliana,
por toda força e incentivo;

À minha família, por todo amor.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Ao concluir essa etapa tão importante da minha vida, agradeço primeiramente, a Deus por ter me sustentado até aqui.

Agradeço aos meus pais, Agnaldo e Juliana, minha irmã, e todos meus familiares.

Manifesto minha gratidão à minha orientadora, Profa. Ms. Estefânia Aparecida de Carvalho Pádua, por todo incentivo e amizade; ao professor Dr. Adriano Rodrigues, por toda ajuda na parte de análise dos dados, e à profa. Dra. Ivana Silveira, pelo encorajamento e suporte para que esse projeto fosse realizado.

Aos colegas de curso, que se tornaram amigos que fizeram parte de etapa especial na minha vida e que vou levar sempre comigo.

Gratidão a todos!

“E não sede conformados com este mundo, mas sede transformados pela renovação do vosso entendimento, para que experimenteis qual seja a boa, agradável, e perfeita vontade de Deus.”

Romanos 12:2

RESUMO

Introdução: A automedicação trata-se do ato de administrar medicamentos por conta própria, sendo a seleção do medicamento escolhida pelo indivíduo sem a prescrição médica. Ao longo do tempo, a prática da automedicação se tornou ainda mais preocupante, visto que, com ela aumentaram os índices de intoxicação por medicamentos transformando-se então, um problema de saúde pública. **Objetivo:** Verificar a incidência e conhecimento sobre a automedicação, traçando um perfil dos usuários de medicamentos numa determinada população. **Metodologia:** Pesquisa descritiva e exploratória com abordagem quantitativa. Os dados foram coletados aos finais de semana, no horário de maior movimento, em uma praça central de uma pequena cidade do Sul de Minas Gerais, nos meses de março e abril de 2017, utilizando-se de um questionário semiestruturado, envolvendo indivíduos de ambos os gêneros e faixa etária acima de 18 anos, perfazendo um número mínimo de 100 entrevistados. Os resultados expressos em percentual e comparados à literatura. **Resultados:** Os resultados obtidos revelam que 84% dos entrevistados praticam automedicação, sendo os familiares os principais prescritores. Os analgésicos foram a classe mais utilizada e os motivos mais citados para o uso foram a gripe e dores em geral. **Conclusão:** A alta prevalência de automedicação, além de poder levar a reações adversas retrata também o uso irracional de medicamentos pela população leiga, em geral. Desse modo, os achados reforçam a importância de monitorar, avaliar e educar continuamente a população acerca dos riscos e benefícios do consumo de medicamentos, sobretudo daqueles isentos de prescrição, devendo os usuários, ficarem atentos aos seus possíveis riscos à saúde.

Descritores: Automedicação; Medicamentos; Saúde pública; Intoxicação medicamentosa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Os principais prescritores leigos e informais no Brasil	15
Figura 2 – Principais sintomas que levam as pessoas a tomar remédios por conta própria.	16
Figura 3 - Medicamentos mais consumidos por conta própria pelos brasileiros.	16
Figura 4 – Frequência de ocorrência da automedicação.	27
Figura 5 - Motivos da opção pela automedicação em detrimento da consulta Médica	27
Figura 6 – Principais fontes de informações e indicações de medicamentos.	28
Figura 7 – Procura de informações ou esclarecimentos antes da automedicação....	29
Figura 8 – Busca de informações sobre o medicamento	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Prática da Automedicação no mundo.....	154
Quadro 2 – Perfil dos Entrevistados.....	164
Quadro 3 - Classes de medicamentos e sintomas (ou doenças) prevalentes para a automedicação.....	165
Quadro 4 -.Locais e modo de armazenamento dos medicamentos as residências..	271

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OMS – Organização Mundial da Saúde

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNILAVRAS – Centro Universitário de Lavras

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO.....	7
LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE QUADROS	9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	10
SUMÁRIO.....	11
1 INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1 Intoxicações medicamentosas e efeitos adversos	19
2.2 Principais medicamentos responsáveis por Intoxicações no Brasil.....	20
3 MATERIAL E MÉTODO	22
3.1 Critérios Éticos	22
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	24
5 CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34
ANEXO A	42

1 INTRODUÇÃO

A automedicação trata-se do ato de se administrar medicamentos por conta própria, sem orientação e prescrição médica. No Brasil, em especial, no interior e regiões mais carentes, o hábito de se automedicar é bastante comum. Essa prática pode retardar o diagnóstico, a cura e contribuir para a manutenção da cadeia de transmissão de doenças.

De acordo com Galvan, Dal Pai e Echevarría-Guanilo (2016), na automedicação, o indivíduo faz uso de medicamentos para o benefício próprio e sem a devida prescrição; nessas circunstâncias, ele não procura ajuda médica para solucionar aquilo que julga ser um problema de saúde, segue os conselhos dos vizinhos, dos amigos ou dos familiares; consumindo sobras de antigos medicamentos que foram guardados; ou usa as suas prescrições ou de outras pessoas para comprar o mesmo fármaco, que em algum momento no passado foi efetivo.

Os medicamentos são considerados importantes bens sociais. Sua utilização pela população brasileira é alta e influenciada por vários fatores. Dentre estes, o aumento da expectativa de vida da população e o conseqüente aumento da carga de doenças crônicas, o surgimento de novas e velhas doenças transmissíveis, o aumento da prevalência dos transtornos de humor, as doenças resultantes da degradação do meio ambiente, da poluição ambiental e das mudanças climáticas.

Apesar dos crescentes investimentos financeiros por parte do governo brasileiro para garantir o acesso universal aos serviços de saúde, as dificuldades de acesso, demora e baixa qualidade do atendimento nos serviços de saúde, tanto do setor público quanto do privado, ainda são comuns no Brasil. Soma-se a esses aspectos, a veiculação de propagandas de medicamentos isentos de prescrição na mídia, a presença da farmacinha caseira nos domicílios e a crença de que os medicamentos resolvem tudo, constituindo fatores importantes para a prática da automedicação.

Fatores econômicos, políticos e culturais têm contribuído para o crescimento e a difusão da automedicação no mundo, tornando-a um problema de saúde pública. Mais disponibilidade de produtos no mercado gera maior familiaridade do usuário leigo com os medicamentos. A falta de recursos financeiros leva a maioria das pessoas carentes, a procurar alternativas mais baratas para sanar suas patologias,

assim, o costume de aproveitar restos de medicação de prescrições anteriores, o uso exagerado de medicamentos para qualquer sintoma e o acesso a informações, muitas das vezes errôneas sobre determinados medicamentos, disseminam a prática da automedicação.

Há uma variedade de drogas com princípios ativos diferentes encontrados no mercado, tornando-se muito importante a avaliação da eficácia desses medicamentos frente as enfermidades apresentadas. O valor financeiro exagerado dessas medicações, leva às pessoas mais carentes a manterem a chamada “Farmacinha caseira” ou “Caixinha de remédios” em suas casas.

Vários são os medicamentos que são frequentemente utilizados, mas pode-se destacar os analgésicos, os antitérmicos, os colagogos e digestivos, os anti-inflamatórios e até mesmo antibióticos. A compra desses medicamentos é isenta de prescrição médica, exceto, os antibióticos, cuja prescrição e retenção da receita na farmácia é estabelecida por lei (BRASIL, 1998). Mesmo assim, por falta de entendimento ou acesso, os antibióticos ainda são empregados de maneira errônea. Muitas vezes, o individuo suspende o uso após o desaparecimento do sintoma e volta a tomar o mesmo antibiótico em outras situações, ou simplesmente aproveita restos de tratamentos anteriores em infecções futuras.

Nesse contexto, é inevitável e urgente a necessidade de melhorar o acesso, e resgatar a humanização do atendimento nos serviços de saúde, bem como, de transformar, não só as farmácias (como estabelecimentos de saúde), mas todo profissional de saúde, como divulgadores de práticas educativas e promotores do uso racional de medicamentos. A participação do profissional enfermeiro é imprescindível nesse processo, visto ser o profissional voltado para o processo de cuidar e em maior contato com as pessoas, seja no ambiente hospitalar ou nos serviços de saúde. As informações sobre medicamentos advindas do profissional enfermeiro são uma necessidade cada vez maior.

Diante de tal situação, o objetivo desse trabalho foi verificar a incidência e conhecimento sobre a automedicação, traçando um perfil dos usuários de medicamentos numa determinada população. O presente estudo se justifica pela falta de conhecimento da população sobre a automedicação e o uso racional de medicamentos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O consumo indiscriminado de medicamentos, a automedicação e a indicação de medicamentos por pessoas não capacitadas tecnicamente são um grave problema de saúde pública no Brasil. A automedicação pode ser definida como a escolha e uso de medicamentos para tratar a sintomatologia e/ou patologias, sem a prescrição ou a supervisão de um profissional, seja médico ou dentista (BUENO, 2017).

A automedicação acontece no mundo todo e pode ter frequência diferente em função da população, do tipo de pesquisa, do método ou período estudados (NAVES et al., 2015). O quadro 1 mostra alguns estudos sobre a prática da automedicação realizados em diferentes partes do mundo.

Quadro 1 – Prática da automedicação no mundo

Local	Prevalência de uso de medicamentos por automedicação	Autores
Alemanha	27,7%	Knopf e Grams (2013)
Atenas - Grécia	23,4%	Athanasopoulos et al. (2013)
Cuba	7,3%	Milián et al. (2009)
Espanha	12,7%	Figueiras, Caamano e Gestal-Otero (2000)
Índia	11,9%	Selvaraj, Kumar e Ramalingam (2014)
Portugal	26,2%	Mendes et al. (2004)

Akerman e Freitas (2017) citam que a prevalência da automedicação no Brasil foi menor do que a encontrada por Carvalho et al. (2005), e por Knopf e Grams (2013), em estudo realizado na Alemanha. Todavia, a prática da automedicação teve uma prevalência maior do que a encontrada no Sri Lanka, por Wijesinghe, Jayakody e Seneviratne (2012); em Cuba por Milián et al. (2009) e na Espanha, por Figueiras, Caamano e Gestal-Otero (2000). Os resultados da referida pesquisa mostraram ainda variações nas cinco regiões do Brasil estudadas, sendo as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste apresentaram incidências maiores que a nacional.

No Brasil, alguns estudos mostraram o perfil de consumo de medicamentos da população, em diferentes estados e municípios. No estudo de Carvalho et al.

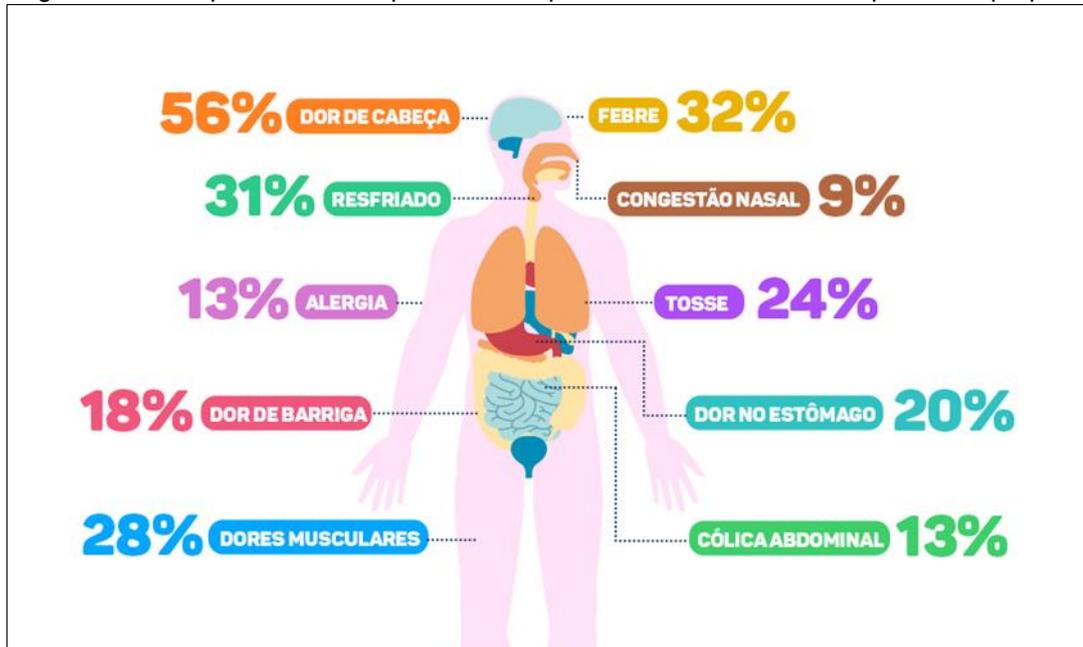
(2005), a prática da automedicação foi de 24,6% entre os entrevistados e a prevalência geral de utilização de medicamentos pela população estudada, nos 15 dias anteriores a entrevista, foi de 49,0%. Schmid, Bernal e Silva (2010) realizaram um estudo envolvendo indivíduos acima de 40 anos e moradores de São Paulo-SP; nesse estudo, a prática da automedicação variou de 27% a 32%. Em Bambuí- MG, Loyola Filho et al (2002) realizaram um estudo envolvendo pessoas com idade maior ou igual a 18 anos e, observaram que 28,8% dos entrevistados praticavam o consumo exclusivo de medicamentos sem a prescrição por profissionais qualificados. No Brasil, estima-se que 79% das pessoas com idade superior a 16 anos fazem uso de medicação sem prescrição médica ou farmacêutica. O percentual encontrado foi o maior desde que a pesquisa começou a ser feita pelo Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade (ICTQ, 2018). Em 2014, 76,2% automedicavam-se e em 2016, esse índice foi de 72%. Segundo a pesquisa, a família lidera o ranking dos principais prescritores leigos de medicamentos (Figura 1); entre os sintomas responsáveis pela automedicação, dor de cabeça, febre e resfriado lideram entre os sintomas que levam as pessoas a tomar remédios por conta própria (Figura 2), e os analgésicos lideram entre os medicamentos mais consumidos por conta própria pelos brasileiros (Figura 3).

Figura 1 - Os principais prescritores leigos e informais no Brasil



Fonte: ICQT (2018).

Figura 2 – Principais sintomas que levam as pessoas a tomar remédios por conta própria.



Fonte: ICQT (2018).

Figura 3 - Medicamentos mais consumidos por conta própria pelos brasileiros.



Fonte: ICQT (2018)

Galvan, Dal Pai e Echevarría-Guanilo (2016) realizaram um estudo sobre a automedicação entre profissionais de saúde; os resultados mostraram que a prática da automedicação é frequente e comum entre profissionais da saúde, sendo o

destaque no quesito, a categoria médica, mencionados na maioria das publicações e com as maiores prevalências. O consumo de fármacos isentos de prescrição foi marcante entre profissionais de enfermagem e até farmacêuticos. Os profissionais mais jovens e com melhores índices de escolaridade foram os mais prevalentes. Com relação aos sintomas, o mais prevalente e que mais favoreceu a prática da automedicação foi a dor, em especial, dor de cabeça (cefaleia); sendo os analgésicos os medicamentos mais usados.

Nas farmácias do Brasil, a automedicação e a indicação medicamentosa são práticas comuns, até mesmo para doenças cujo diagnóstico ainda não foi bem esclarecido e em fase de análises (NAVES, 2008).

Macedo et al. (2016), de acordo com a Associação Brasileira de Medicamentos Isentos de Prescrição (ABIMIP), cita que em geral, a população do Brasil está habituada à prática da automedicação para eliminar ou melhorar sintomas comuns, como por exemplo, os sintomas gripais, dores musculares, dores de cabeça e de garganta, tosse, e até mesmo, prisão de ventre, assaduras, azias e má digestão, entre outros.

No contexto do sistema de saúde brasileiro, onde a procura por atenção à saúde não são plenamente atendidas, a farmácia comunitária, que inclui estabelecimentos públicos e privados para fornecimento de medicamentos, ocupa lugar de destaque como estabelecimento de saúde de mais acesso pela população representando um importante local para o atendimento primário de saúde (GIR et al., 2003). De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2005), o setor privado é o principal responsável pelo fornecimento de medicamentos à população brasileira e a comercialização de medicamentos nas farmácias, em geral, está nas mãos de balconistas, proprietários e leigos.

O Ministério da Saúde desenvolveu a Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos (PNAUM), que permitiu uma avaliação da automedicação no País e sua problemática em termos de saúde pública, devido aos riscos inerentes à sua prática (intoxicações medicamentosas e reações adversas) e o possível aumento dos gastos em saúde (AKERMAN; FREITAS, 2017).

Bermudez e Barros (2016) publicaram resultados do inquérito domiciliar abrangente da PNAUM, onde coletaram informações em relação a vários aspectos do acesso e uso de medicamentos: na infância; entre os idosos; para doenças

crônicas; de fornecimento gratuito; para tratamento da hipertensão arterial; e genéricos. Investigaram também, os gastos exorbitantes com a saúde, a prática da automedicação, e os fatores que influenciam a prescrição e a adesão ao tratamento com contraceptivos.

Com relação à seleção de medicamentos para os serviços de saúde, Karnikowski et al. (2017) apresentaram pesquisa nacional inédita de caracterização do processo de seleção de medicamentos no âmbito da atenção primária à saúde. Todos os entrevistados envolvidos citaram a existência uma lista de medicamentos essenciais (RENAME), que atende apenas uma parte das necessidades e demandas da saúde. Assim, Nascimento et al. (2017) mostraram que, apesar dos esforços, ainda é um difícil assegurar o acesso aos medicamentos essenciais no âmbito da atenção primária do SUS.

Segundo Vieira e Zucchi (2013), o Brasil passou por muitas transformações na área da saúde, possuindo investimentos financeiros e de infraestrutura para aumentar a oferta de medicamentos aos serviços de saúde, principalmente na área da atenção primária, com a Estratégia Saúde da Família, e na área da assistência farmacêutica visando o acesso gratuito e uso racional dos medicamentos para todos.

A automedicação no Brasil vem crescendo devido à facilidade na aquisição de medicamentos de venda livre, com o intuito de aliviar sintomas menos graves como mal-estar ou dores em geral. Mas segundo a Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas (ABIFARMA), toda facilidade se torna preocupante no Brasil, visto que, aproximadamente 80 milhões de pessoas fazem uso da prática da automedicação (GONÇALVES et al., 2017).

Em sua pesquisa sobre automedicação, Akerman e Freitas (2017), consideraram os resultados dentro de uma faixa de magnitude considerada aceitável, pois, conforme constataram no trabalho, o uso de medicamentos por automedicação restringiu-se a tratar doenças agudas autolimitadas, como problemas no estômago ou intestino, febre, dor, gripe, resfriado ou rinite alérgica, náusea e vômito, entre outros, e em 65,5% das vezes, com produtos isentos de prescrição.

A pesquisa de Arrais et al. (1997), realizada no Brasil, mostrou que os sintomas dolorosos foram responsáveis por 24,3% dos motivos que levaram as pessoas a praticarem a automedicação e os quadros viróticos ou infecciosos (infecção respiratória alta e diarreia), por 21,0%.

Domingues et al. (2017) realizaram um estudo para estimar a prevalência e investigar fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal, Brasil. Nesse estudo, foram entrevistadas 1.820 pessoas, das quais 646 usaram pelo menos um medicamento; e a automedicação foi maior em adultos jovens e naqueles com dificuldades na realização de atividades cotidianas.

2.1 Intoxicações medicamentosas e efeitos adversos

Apesar da isenção de prescrição da maioria dos medicamentos consumidos, não se pode relevar as possíveis intoxicações e efeitos adversos que eles podem causar a seus usuários. No caso dos analgésicos como os não esteroidais, pode-se citar, entre outros efeitos adversos, os distúrbios gastrointestinais, reações alérgicas e até efeitos renais (GONÇALVES et al., 2017).

O estudo de Martinez (2014) evidenciou que a prática da automedicação, entre os entrevistados, resultou em uma prevalência de efeitos adversos igual a 15,1%; já, o estudo de Paula, Bochner e Montilla (2012), que avaliou as internações de idosos por intoxicação e efeitos adversos a medicamentos no Brasil, os analgésicos, antitérmicos e antirreumáticos não opiáceos relacionaram-se a 37,0% das internações por autointoxicação, ocupando a quarta posição nas internações de acordo com essas situações e foram os mais relacionados aos casos de traumatismo.

Margonato, Thomson e Paoliello (2008) e Mota et al. (2012) citam os medicamentos como um dos principais agentes de intoxicações atendidos nas emergências médicas.

Para Gonçalves et al. (2017), as intoxicações por medicamentos ocorrem por vários motivos, dentre os principais destacam-se a administração acidental, as tentativas de suicídio e o abuso (principalmente entre adolescentes e adultos), além dos erros de administração.

A intoxicação medicamentosa vem se tornando um problema de saúde pública e com esse número crescente de casos há uma necessidade maior de fiscalização, programas de educação em saúde, além de medidas preventivas, medidas educacionais e maior controle da fiscalização (MARIZ et al. 2001).

Germano e Alonso (2017) citam alguns fatores que geralmente estão relacionados às intoxicações medicamentosas, sendo eles: a automedicação, o erro de prescrição, a exposição acidental, a utilização inadequada e, dentre esses fatores, os que se destacam são: as tentativas de suicídio, aborto e homicídio. O suicídio é considerado como a principal causa das intoxicações medicamentosas, justificada pelo uso em altas doses e pelo uso irracional de medicamentos, sendo mais prevalente entre mulheres jovens.(GANDOLFI; ANDRADE, 2006).

As intoxicações são muito frequentes em todo o mundo, e apesar das várias ocorrências, a taxa de mortalidade pode ser considerada baixa. Entre os anos de 2011 a 2015, a automedicação foi a segunda causa mais notificada de intoxicação por medicamentos. Entre os anos de 2010 e 2017, foram notificados 565.271 casos de intoxicação no Brasil. Destes, 298.976 tiveram o medicamento como agente tóxico mais frequente, correspondendo a 52,8% do total das ocorrências (RIBEIRO et al. 2020).

De acordo com Ribeiro et al. (2020), dados do Ministério da Saúde, revelam que nos anos de 2007 – 2017, 470.913 casos de intoxicação foram notificados no Brasil pelo SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Intoxicação). No perfil das tentativas de suicídio, o uso de medicamentos foi predominante, sendo registrados, no mesmo período, 12.845 casos envolvendo a automedicação.

2.2 Principais medicamentos responsáveis por Intoxicações no Brasil

Segundo Gonçalves et al. (2017), os dados do Centro de Assistência Toxicológica (CEATOX) apontam que num período de 10 anos entre 1991 a 2000, foram registrados um aumento na incidência de intoxicação medicamentosa. Dentre os fármacos apontados, destacaram-se: Gardenal (fenobarbital), Valium (Diazepam), Haldol (haloperidol), Tegretol (carbamazepina), e Lexotan (bromazepam). Segundo os autores, quando se correlaciona a intoxicação medicamentosa com as classes medicamentosas, os benzodiazepínicos vêm em primeiro lugar nas intoxicações, sendo acompanhados pelos anticonvulsivantes, antidepressivos e analgésicos.

A portaria 344, de 12 de maio de 1998 (BRASIL, 1998), controla o uso dos benzodiazepínicos, e todos os medicamentos psicotrópicos; mas apesar de todo esse controle, são registrados muitos casos de intoxicações envolvendo esses

fármacos, pelo fato de serem medicamentos de uso diário, agravando cada vez mais, os quadros de intoxicações por medicamentos no Brasil.

Segundo Joaquim (2011), 76% das intoxicações acontecem por via oral e 6% ocorrem através das vias inalatória, dérmica e oftalmológica. O autor ainda ressalta que, de acordo com a faixa etária, alguns medicamentos apresentam um índice mais elevado de intoxicação, em muitas situações diferentes. Os medicamentos mais prescritos para crianças são de constipação, tosse e as pomadas, já, para adultos, o maior uso é de suplementos vitamínicos e medicamentos para a acne. A terceira idade é a faixa etária com maior destaque no uso de medicamentos, tais como, analgésicos, anti-inflamatórios, pomadas tópicas, medicamentos gastrointestinais e ansiolíticos, medicamentos para hipertensão, diabetes entre outros.

Segundo Gonçalves et al. (2017), a Organização Mundial da Saúde, no ano de 2002, registrou aproximadamente 350 mil mortes por intoxicações envolvendo medicamentos, cosméticos, produtos para higiene pessoal, produtos e limpeza, plantas e outros. 10% dessas mortes ocorreram em menores de 15 anos.

Segundo os mesmos autores, em 2004, a Associação Americana de Centros de Controle de Intoxicação registrou cerca de 2,4 milhões de intoxicações por medicamentos, cosméticos, produtos para higiene pessoal, produtos e limpeza e pesticidas, sendo que, a metade desses casos ocorreu em crianças menores de cinco anos. As intoxicações por medicamentos representaram cerca de 30,1% desses casos.

3 MATERIAL E MÉTODO

Este trabalho tratou-se de um estudo descritivo e de campo com abordagem quantitativa e qualitativa. Os dados foram coletados aos finais de semana, no horário de maior movimento, em uma praça central de uma pequena cidade do Sul de Minas Gerais, nos meses de março e abril de 2017.

Foi utilizado um questionário semiestruturado (anexo 1), envolvendo indivíduos de ambos os gêneros e faixa etária acima de 18 anos, perfazendo um número mínimo de 100 entrevistados.

A presente pesquisa foi parte integrante do projeto intitulado “Automedicação e o uso racional de antibióticos”, e foi realizada após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Lavras - UNILAVRAS, CAAE nº 59487516.0.0000.5116, atendendo à Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Os dados foram coletados pela pesquisadora em planilha manual e após o término da coleta de dados, os dados foram analisados estatisticamente por meio de um teste de proporção para amostra única e o resultado expresso em porcentagem.

3.1 Critérios Éticos

3.1.1 Critérios de Inclusão e Exclusão

Foram incluídos na pesquisa indivíduos de ambos os gêneros, com idade acima de 18 anos, frequentadores da praça local e que aceitaram participar da pesquisa.

Foram excluídos da participação na pesquisa, os indivíduos que se apresentaram sem condições cognitivas e os aparentemente sob efeito de álcool e/ou drogas.

3.1.2 Riscos e Benefícios

A pesquisa causou um certo constrangimento/incômodo aos participantes que possuíam falta de informação sobre o tema abordado. Esse acontecimento foi amenizado através da explicação detalhada sobre o objetivo do estudo. Como benefício, os entrevistados tiveram suas dúvidas sanadas sobre o tema e dicas de saúde relacionadas ao uso consciente de medicamentos.

3.1.3 Privacidade e Confidencialidade

Os sujeitos da pesquisa tiveram suas identidades preservadas e os dados coletados ficaram sob a responsabilidade das pesquisadoras, sendo utilizados somente para fim didático-pedagógico.

3.1.4 Critério para encerramento ou suspensão da pesquisa

A pesquisa foi encerrada após atingir o número mínimo de participantes estipulados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi composta por 100 indivíduos, sendo 66% do gênero feminino e 34% do gênero masculino. O Quadro 2 mostra o perfil dos entrevistados.

Quadro 2 – Perfil dos Entrevistados

Variável	Frequência	Porcentagem
Faixa etária:		
18 -- 28 anos	29	29 %
28 -- 38 anos	20	20 %
38 -- 48 anos	26	26 %
48 -- 58 anos	13	13 %
Acima de 58 anos	12	12 %
Escolaridade:		
- Ensino Fundamental Completo	6	6%
- Ensino Fundamental Incompleto	8	8%
- Ensino Médio Completo	25	25%
- Ensino Médio Incompleto	5	5%
- Ensino Superior Completo	30	30%
- Ensino Superior Incompleto	26	26%
Presença de alguma doença:		
- Bronquite	7	7%
- Diabetes	5	5%
- Hipertensão Arterial	13	13%
- Osteoporose	1	1%
- Cardiopatia	3	3%
- Distúrbios venosos	1	1%
- Outras	19	19%
- Não possuem	51	51%

Os dados analisados tinham como objetivo a investigação da automedicação, podendo variar quanto à faixa etária da população estudada, problema de saúde ou estratos da população (como o caso de estudantes e profissionais da saúde). Se por um lado esta heterogeneidade dificulta a comparação dos dados, por outro consegue apresentar um perfil de automedicação mais amplo para o grupo estudado, onde percebe-se um equilíbrio na faixa etária e no grau de escolaridade. Entre os entrevistados, observou-se uma maior frequência das seguintes profissões: estudantes, aposentados, professores, funcionários públicos, vendedores, entre outros.

Quanto ao gênero, o predomínio de mulheres é comum em pesquisas de opinião. Domingues et al. (2017) também citaram predomínio de mulheres (69,2%) em sua pesquisa sobre prevalência e fatores associados à automedicação.

Em uma revisão da literatura nacional, Moura, Gomes e Pereira (2017) estimaram que a automedicação na população brasileira se dá na idade adulta, e que os homens atingem um percentual de 40% quando se faz a distinção do gênero, e que as mulheres correspondem a 60% desse número. Afirmam ainda que a procura por serviços médicos é historicamente baixa no caso dos homens.

Em relação à escolaridade observou-se que a automedicação tende a aumentar com a escolaridade. Dados semelhantes foram citados por Loyola et al., (2005), porém nem sempre é possível relacionar esta variável com a automedicação, como ocorreu com Beckhauser et al. (2010).

A presença de alguma patologia já existente pareceu não ter influência sobre a prática da automedicação. A análise das folhas de respostas revelou que a citação da automedicação foi mais comum nos 51% que relataram não apresentarem nenhuma patologia.

O uso de medicação sem prescrição médica, nos últimos seis meses, foi constatado em 84% dos entrevistados. Os analgésicos foram os medicamentos mais utilizados pelos praticantes da automedicação, seguidos dos anti-inflamatórios. Quadros de gripe e dor de cabeça (cefaléia) foram os motivos mais citados para o uso dos medicamentos. O quadro 3 mostra a frequência dos tipos de medicamentos utilizados e os sintomas responsáveis pelo automedicação.

Quadro 3 – Classes de medicamentos e sintomas (ou doença) prevalentes para a automedicação.

Medicamentos	%	Sintomas/Doença	%
- Analgésicos	41,8	- Gripes	31,2
- Anti-inflamatórios	26,9	- Dor de cabeça (Cefaléia)	21,9
- Anti-histamínicos	13,5	- Infecção	13,5
- Outros (não discriminados)	8,5	- Outros (não discriminados)	12,1
- Antidepressivos	5,1	- Problemas respiratórios	7,8
- Anti-hipertensivos	1,4	- Dores osteoarticulares	6,4
- Diuréticos	1,4	- Constipação intestinal	5,0
- Cálcio	0,7	- Problemas cardiovasculares	2,1
- Reposição hormonal	0,7		

O consumo de analgésicos também predominou nos estudos de Domingues et a. (2017). Os autores citam que 78,6% dos seus entrevistados utilizaram

analgésicos como a Dipirona, o Paracetamol e combinações; o consumo de anti-inflamatórios e combinações, também foi marcante (60% dos casos).

A gripe foi o problema prevalente na presente pesquisa, porém a classe de medicamentos antigripais não foi mencionada pelos entrevistados. Os analgésicos, anti-inflamatórios e os anti-histamínicos prevaleceram. A dor é um dos sintomas mais citados como motivadores da automedicação. Isto ocorre por este sintoma ser comum a muitos problemas de saúde e o acesso aos medicamentos para o manejo deste sintoma, os analgésicos e anti-inflamatórios, é fácil. Esta facilidade se deve ao fato dos analgésicos serem, na sua maioria, isentos de prescrição médica, conforme determina a Resolução 138/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (BRASIL, 2003) e estarem presentes na maior parte das residências, conforme citam Beckhauser, Valgas e Galato (2012).

Na pesquisa de Arrais et al. (2016), sobre automedicação, os analgésicos e os relaxantes musculares foram os fármacos mais consumidos sem prescrição médica.

Os quadros de dor também predominaram no estudo de Gama e Secoli (2017), realizado com estudantes de Enfermagem, porém, os fármacos mais utilizados pelos estudantes foram os anti-inflamatórios não esteroidais. A prevalência da automedicação foi marcante entre os estudantes de Enfermagem, 76% deles praticavam a automedicação por acreditarem que o problema de saúde apresentado não necessitava de consulta ao médico.

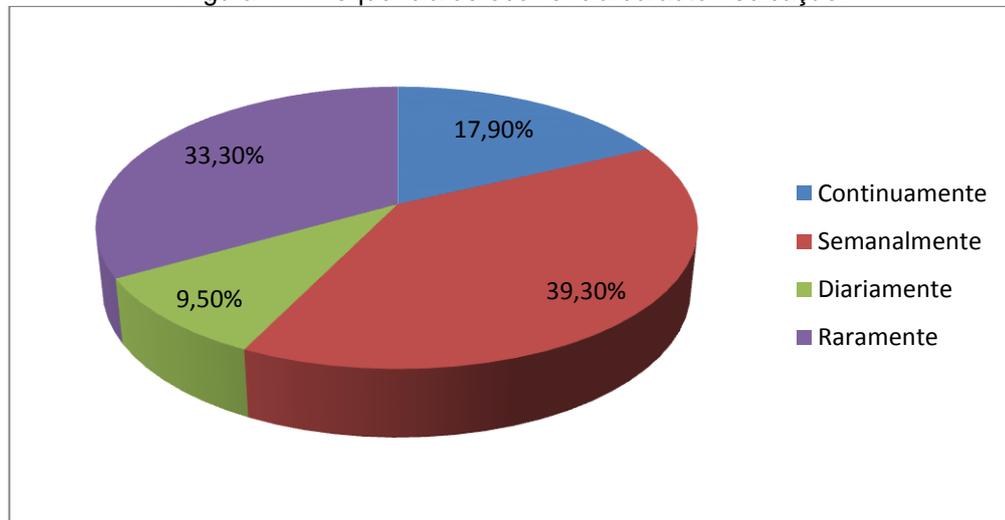
De acordo com Macedo et al. (2016), em geral, a população do Brasil está habituada a utilizar-se da automedicação para sanar sintomas bastante corriqueiros, como por exemplo os sintomas advindos da gripe, tosse, dores musculares, de cabeça e de garganta, bem como assaduras, problemas gastrointestinais como acidez estomacal e prisão de ventre, entre outros.

O consumo de fármacos que não exigem prescrição médica na aquisição foi prevalente nos trabalhos de Arrais et al. (2016) e no de Galvan, Dal Pai e Eschevarría-Guanilo (2016), com profissionais de saúde. Entre os farmacêuticos e profissionais da enfermagem, prevaleceu o consumo desses fármacos. O sintoma responsável pela automedicação foi a cefaléia e os medicamentos mais usados também foram os analgésicos, como nessa presente pesquisa.

Quanto à frequência da prática da automedicação houve um pequeno predomínio daqueles que disseram se automedicar semanalmente, com 39,3% das

respostas, e aqueles que afirmaram que raramente o fazem, aparecendo em 33,3% das respostas, conforme mostra a Figura 4.

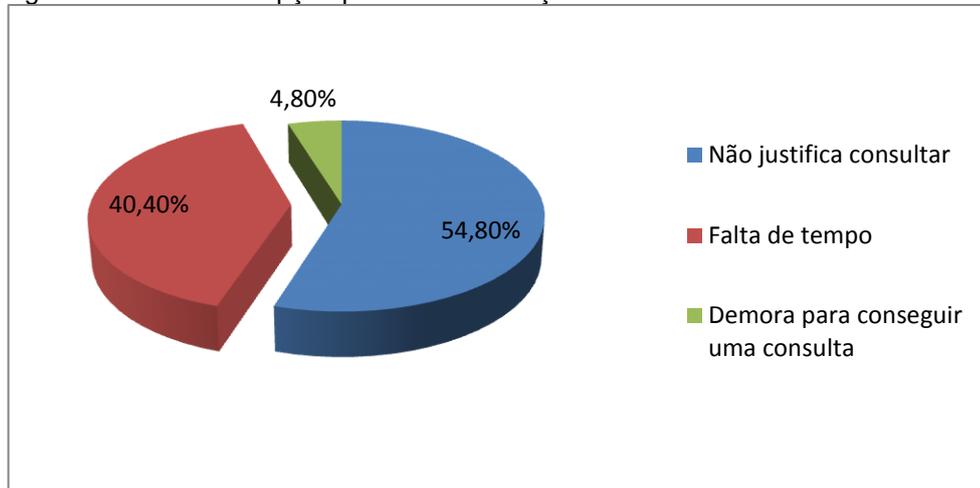
Figura 4 – Frequência de ocorrência da automedicação.



Fonte: A autora (2020).

A ampla disponibilidade de medicamentos aumenta a possibilidade de uso indiscriminado. Segundo Wannmacher (2012), mais de 50% de todos os medicamentos são incorretamente prescritos, dispensados e vendidos, e metade dos pacientes os utilizam de maneira errônea. Segundo o autor, um dos fatores que contribuem para o uso incorreto de medicamentos é a prática inadequada da automedicação. A Figura 5 ilustra os motivos pelos quais as pessoas se automedicam ao invés de realizar uma consulta médica.

Figura 5 - Motivos da opção pela automedicação em detrimento da consulta Médica

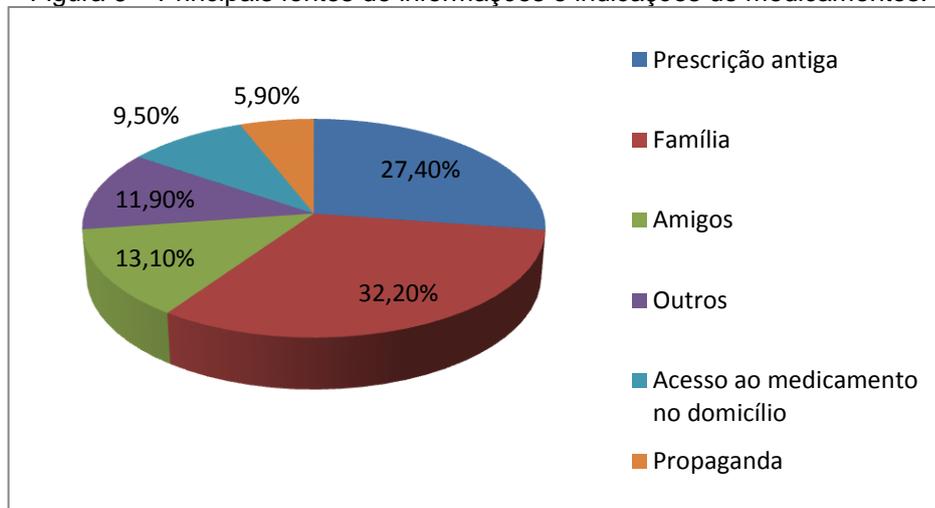


Fonte: A autora (2020).

Arrais et al. (2016) citam que mesmo com todo o avanço na área médica, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde ainda é grande, fator que aliado às propagandas de medicamentos isentos de prescrição e à cultura da farmácia caseira constituem fatores para a prática da automedicação.

Quando perguntados sobre quem influenciou na escolha do medicamento, a família/parente foi destaque, seguido do uso de prescrições antigas, cujo medicamento foi receitado para tratamento da mesma patologia ou sintoma. A Figura 6 ilustra os resultados obtidos.

Figura 6 – Principais fontes de informações e indicações de medicamentos.



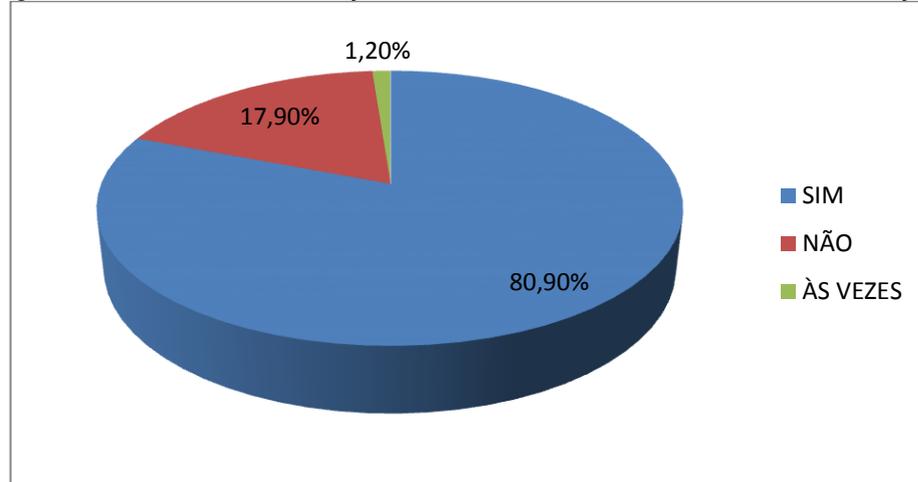
Fonte: A autora (2020).

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2001a) preconiza que a utilização de medicamentos sem prescrição de profissional habilitado configura a automedicação, prática que necessita ser utilizada com responsabilidade, ou seja, que se dê utilização de medicamentos atentando-se para a segurança, qualidade e eficácia da medicação, observado a possibilidade de interações medicamentosas e as reações adversas.

Dentro do que se pode considerar automedicação, Beckhauser et al. (2010) afirmam que o ato de adquirir medicamentos sem a receita médica, bem como compartilhar com família ou conhecidos ou reutilizar prescrições antigas ou o medicamento que sobrou de uma prescrição também fazem parte da prática de se automedicar. Ainda segundo os autores, prolongar o uso de medicamento prescrito ou interromper tratamento proposto por médico também é forma de automedicação.

A Figura 7 mostra a porcentagem das respostas relativas à busca de informações sobre o medicamento indicado.

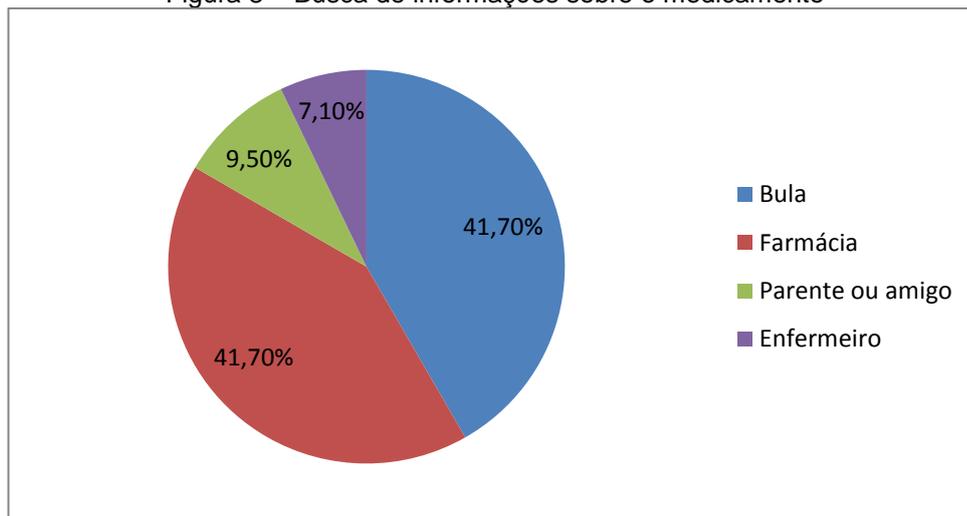
Figura 7 – Procura de informações ou esclarecimentos antes da automedicação.



Fonte: A autora (2020).

Quando perguntados sobre onde buscaram as informações sobre os medicamentos, a bula e as farmácias foram as respostas mais prevalentes (Figura 8), e 78% dos indivíduos pesquisados relataram ter compreendido bem tais informações.

Figura 8 – Busca de informações sobre o medicamento



Fonte: A autora (2020).

Em concordância com Oliveira (2017), muitos pacientes têm dificuldade no entendimento do tratamento, pois o médico que prescreveu não lhes informa a

respeito do diagnóstico, tampouco sobre quais drogas serão utilizadas e seus efeitos adversos, não deixam claro como administrar os medicamentos e muitas vezes as prescrições são ilegíveis, somando-se a isso o fato de não haver uma assistência farmacêutica que propicie as informações essenciais para a completa adesão do paciente e faça um acompanhamento fármaco terapêutico destas prescrições.

A medicação, se tomada de maneira incorreta ou diferente da forma orientada, pode ter sua segurança comprometida. A eficiência, eficácia e efetividade do medicamento devem ser analisadas. Em se tratando da segurança dos medicamentos e do perigo do uso irracional e indiscriminado de medicações, podendo gerar danos ao paciente e agravamento do quadro clínico (OLIVEIRA 2017), dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX, 2016) sobre intoxicações, apontam que os medicamentos são os maiores responsáveis pelas intoxicações no país. Apontam também que essas intoxicações são causas de óbitos e sequelas.

Quando se perguntados sobre o uso de outros medicamentos no momento da automedicação, 37% relataram que estavam tomando outros remédios. Dentre as pessoas que se automedicaram e estavam fazendo uso de outros medicamentos, apenas 14,3% verificaram se existia incompatibilidade ou interações entre os medicamentos.

Sobre as interações medicamentosas, Calado (2014) cita que o uso indiscriminado de medicamentos, sem a devida orientação, pode ocasionar a utilização de mais de um medicamento ao mesmo tempo, podendo levar a uma interação que pode acarretar efeitos adversos que podem ser graves para a saúde.

A maioria dos entrevistados ou seja, mais de 59,5% relataram não ter conhecimento do risco que a automedicação pode causar. Observou-se ainda que apenas 4,8% deles tiveram algum problema relacionado ao medicamento que utilizou sem prescrição.

Segundo Travassos et al. (2010), as pessoas começam a usar medicamentos cada vez mais cedo, devido à facilidade de aquisição dos mesmos, e com intuito de livrar-se do incômodo da dor, por exemplo. Essa prática não está totalmente relacionada à falta de esclarecimento das pessoas sobre as consequências do uso inadequado de um medicamento, uma vez que muitos possuem esse conhecimento, mas, mesmo assim, insistem em manter uma postura irracional perante tal assunto. O não comparecimento ao médico para obter o diagnóstico com a prescrição

adequada e a conseqüente automedicação vai ao encontro crescente, de cada indivíduo, em assumir a responsabilidade pela própria saúde (TRAVASSOS et al., 2010).

O Ministério da Saúde, em conformidade com a OMS, propõe que para o uso racional de medicamentos, é preciso, em primeiro lugar, estabelecer a necessidade do uso do medicamento. E que o mesmo seja receitado de maneira apropriada, a melhor escolha acontece de acordo com as regras de eficácia e segurança comprovadas e aceitáveis (BRASIL, 2001b).

Além disso, é necessário que o medicamento seja prescrito adequadamente na forma farmacêutica, doses e período de duração do tratamento que esteja disponível de modo oportuno, a um preço acessível, e que responda sempre aos critérios de qualidade exigidos, que se dispense em condições adequadas, com a necessária orientação e responsabilidade e, finalmente que se cumpra o regime terapêutico já prescrito de maneira adequada (BRASIL, 2010).

Em concordância com Travassos et al. (2010), muitos pacientes têm dificuldade no entendimento do tratamento, pois o médico que prescreveu não lhes informa a respeito do diagnóstico, tampouco sobre quais drogas serão utilizadas e seus efeitos adversos, não deixam claro como administrar os medicamentos e muitas vezes as prescrições são ilegíveis, somando-se a isso o fato de não haver uma assistência farmacêutica que propicie as informações essenciais para a completa adesão do paciente e faça um acompanhamento fármaco terapêutico destas prescrições.

Sobre o hábito de guardar medicamentos em casa, 94% do total de entrevistados relataram que tem esse costume. O Quadro 4 ilustra os locais onde as pessoas costumam guardar medicamentos e como são armazenados.

Quadro 4 – Locais e modo de armazenamento dos medicamentos nas residências

Local	%	Modo de Armazenamento	%
- Cozinha	59,0	- Caixas	25,5
- Quarto	32,0	- Armário	42,5
- Sala	6,0	- Guarda roupas	27,7
- Banheiro	3,0	- Em sacolas	1,1
		- Estante	2,1
		- Outros locais (gavetas)	1,1

No armazenamento dos medicamentos em casa, a bula é um importante recurso de informação sobre eles, assim, recomenda-se que ela seja guardada juntamente com a embalagem original do medicamento. Nesta pesquisa, verificou-se que 87% das pessoas seguem esta recomendação; o restante a jogam fora.

Segundo Lima et al. (2017) e de acordo com a legislação, conservar medicamento é mantê-lo em condições satisfatórias para a manutenção de sua estabilidade e integridade durante o período de vida útil (validade); ressaltando que alguns medicamentos possuem vida útil após o início da utilização, inferior ao prazo de validade da embalagem fechada, como é o caso de medicamentos que devem ser reconstituídos com a adição de água ou soro fisiológico, antes do uso.

5 CONCLUSÃO

A alta prevalência de automedicação, além de poder levar a reações adversas retrata também o uso irracional de medicamentos pela população leiga em geral.

Desse modo, os achados reforçam a importância de monitorar, avaliar e educar continuamente a população acerca dos riscos e benefícios do consumo de medicamentos, sobretudo daqueles isentos de prescrição, devendo os usuários, ficarem atentos aos seus possíveis riscos à saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKERMAN, M.; FREITAS, O. Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos (PNAUM): avaliação dos serviços de atenção farmacêutica primária. **Revista de Saúde Pública**, v.51, supl.2, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/139702/135171> Acesso em: 10 ago. 2020.
- ARRAIS, P. S. D. et al. Perfil da automedicação no Brasil. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v.31, n.1, p.71-77,1997. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101997000100010&script=sci_arttext Acesso em: 15 ago. 2020.
- ARRAIS, P. S. D. et al. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. **Revista de Saúde Pública**, v.50, supl.21, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rsp/v50s2/pt_0034-8910-rsp-s2-S01518-87872016050006117.pdf Acesso em: 10 set. 2020.
- ATHANASOPOULOS, C. et al. Is drug utilization in Greece sex dependent? A population-based study. **Basic & Clinical Pharmacology & Toxicology**, v.112, n.1, p.55-62, 2013. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1742-7843.2012.00920.x> Acesso em: 25 ago. 2020.
- BECKHAUSER, G.C. et al. Utilização de medicamentos na Pediatria: a prática da automedicação em crianças por seus responsáveis. **Revista Paulista de Pediatria**, v.28, n.3, p.262-268, 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/4060/406038934002.pdf> Acesso em: 05 set. 2020.
- BECKHAUSER GC, VALGAS C, GALATO D. Perfil do estoque domiciliar de medicamentos em residências com crianças. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**. v.33, n.4, p.583-589, 2012. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-667059> Acesso em: 10 ago. 2020.
- BERMUDEZ, J. A. Z.; BARROS, M. B. A. Perfil do acesso e da utilização de medicamentos da população brasileira: contribuições e desafios da PNAUM - Inquérito Domiciliar. **Revista de Saúde Pública**. v.50, supl 2, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1518-8787.201605000supl2ap> Acesso em: 15 ago. 2020.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria N° 344**, de 12 de Maio de 1998. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Brasília: Secretaria da Vigilância em Saúde, 1998. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html
Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE SAÚDE. **Política Nacional de Medicamentos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001a. 40p.

Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_medicamentos.pdf Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Consulta Pública nº 95**, de 19 de novembro de 2001. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2001b. Disponível em:

<http://www4.anvisa.gov.br/base/visadoc/CP/CP%5B2735-1-0%5D.PDF> Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Resolução N°.138**, de 29 de maio de 2003. Dispõe sobre o enquadramento de venda de medicamentos. Brasília: Anvisa, 2003. Disponível em:

https://www.cff.org.br/userfiles/33%20-%20BRASIL_%20MINIST%c3%89RIO%20DA%20SA%c3%9aDE%202003%20RDC_138_2003_ANVISA.pdf Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 44**, de 26 de Outubro de 2010. Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição médica, isoladas ou em associação e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília (DF), Seção 1:76, out.2010. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0044_26_10_2010.html
Acesso em: 15 ago. 2020.

BUENO, F. **Uso Irracional de Medicamentos: um agravamento à Saúde Pública**. 2017. 40f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia) – Departamento de Ciências da Vida, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí,RS. Disponível em:

<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/4499/Flavio%20Bueno.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 18 ago. 2020.

CALADO, D. C. **Orientação ao usuário quanto ao uso racional de medicamentos e sua inutilização quando necessário**. 2014. 19p. Projeto de Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014. Disponível em:

<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Pl%20Deuzimar%20Calado%20.pdf> Acesso em: 10 set. 2020.

CARVALHO, M. F. et al. Utilization of medicines by the Brazilian population, 2003. **Cadernos de Saúde Pública**. v.21, n.1, p.100-108, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2005000700011&lng=pt Acesso em: 28 ago. 2020.

DOMINGUES, P. H. F. et al. Prevalência e fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal: estudo transversal de base populacional, **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v.26, n.2, p.319-330, abr./jun., 2017. <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v26n2/2237-9622-ess-26-02-00319.pdf> Acesso em: 20 ago. 2020.

FIGUEIRAS, A.; CAAMANO, F.; GESTAL-OTERO, J. J. Socio-demographic factors related to self-medication in Spain. **European Journal of Epidemiology**. v.16, n.1, p.19-26, 2000. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1007608702063> Acesso em: 10 set. 2020.

GALVAN, M. R.; DAL PAI, D.; ECHEVARRÍA-GUANILO, M. E. Automedicação entre profissionais de saúde. **REME – Revista Mineira de Enfermagem**, v.20, e.959, 2016. Disponível em: <https://cdn.publisher.qn1.link/remeg.org.br/pdf/e959.pdf> Acesso em: 10 ago. 2020.

GAMA, A. S. M.; SECOLI, S.R. Automedicação em estudantes de enfermagem do Estado do Amazonas – Brasil. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v.38, n.1, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1983-14472017000100416&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em: 20 ago. 2020.

GANDOLFI, E.; ANDRADE, M. da G. G. Eventos toxicológicos relacionados a medicamentos no Estado de São Paulo. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.40, n.6, p.1056-1064, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000700014 Acesso em: 10 set. 2020.

GERMANO, L. C.; ALONSO, H. G. A. Estudo descritivo dos atendimentos hospitalares por eventos toxicológicos em um município do estado de São Paulo, 2012. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v.26, n.3, jul./set., 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222017000300545 Acesso em: 15 set. 2020.

GIR, E. et al. Conhecimento de balconistas de farmácia de Ribeirão Preto sobre gonorréia. **J Bras Doenças Sex Transm**, v.15, n.3, p.24-30, 2003. Disponível em:

<http://www.dst.uff.br/revista15-3-2003/09conhecimentosdebalconistas.pdf> Acesso em: 07 jul. 2020.

GONÇALVES, C. A. et al. Intoxicação Medicamentosa: relacionada ao uso indiscriminado de medicamentos. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, Ariquemes, RO, v.8, n.1, p.135-143, jan./jun., 2017. Disponível em: <http://www.faema.edu.br/revistas/index.php/Revista-FAEMA/article/view/449/442> Acesso em: 15 ago. 2020.

INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E QUALIDADE. ICQT. **Pesquisa – Automedicação no Brasil (2018)**. Anápolis, Goiania, 2018. Disponível em: <https://www.ictq.com.br/pesquisa-do-ictq/871-pesquisa-automedicacao-no-brasil-2018> Acesso em: 20 ago. 2020.

JOAQUIM, M. R. **Automedicação versus Indicação Farmacêutica**. 2011. 72f. Dissertação (Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade do Algarve, Faro, Portugal, 2011. Disponível em: https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/1746/1/Auto_versus_ind.farm_final.pdf Acesso em: 13 ago. 2020.

KARNIKOWSKI, M. G. O. et al. Caracterização da seleção de medicamentos para a atenção primária no Brasil. **Revista de Saúde Pública**.v.51, Supl.2, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2017051007065> Acesso em: 14 ago. 2020.

KNOPF, H.; GRAMS, D. [Medication of adults in Germany, results of the German health interview and examination survey for adults (DEGS1)]. **Bundesgesundheitsblatt Gesundheitsforschung Gesundheitsschutz**. German, v.56, n.5-6, p.868-877, May, 2013. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23703508/> Acesso em: 15 ago. 2020.

LIMA, M. G. et al. Indicadores relacionados ao uso racional de medicamentos e seus fatores associados. **Revista de Saúde Pública**, v.51, supl.2, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/139771/135048> Acesso em 18 ago. 2020

LOYOLA FILHO, A. L. et al. Prevalência e fatores associados à automedicação: resultados do projeto Bambuí. **Revista de Saúde Pública**. v.36, n.1, p.55-62, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102002000100009&lng=en Acesso em: 15 ago. 2020.

LOYOLA FILHO, A. I. et al. Estudo de base populacional sobre o consumo de medicamentos entre idosos: Projeto Bambuí. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.21, n.2, p.545-553, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2005000200021 Acesso em: 15 ago. 2020.

MACEDO, G. R. et al. O poder do marketing no consumo excessivo de medicamentos no Brasil. **Transformar**, p.114-128, 2016. Disponível em: <http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/79/75> Acesso em: 05 set. 2020.

MARGONATO, F. B; THOMSON, Z.; PAOLIELLO, M. M. B. Determinantes nas intoxicações medicamentosas agudas na zona urbana de um município do Sul do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.24, n.2, p.333-341, fev., 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2008000200012&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 12 set. 2020.

MARIZ, S. R. et al. Avaliação preliminar dos casos de intoxicação humana registrados em hospitais de São Luis do Maranhão-MA. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v.12, n.1, p.18-27, jan./dez., 2001 Disponível em: <https://docplayer.com.br/8607200-Avaliacao-preliminar-de-casos-de-intoxicacao-humana-registrados-em-hospitais-de-sao-luis-ma.html> Acesso em: 10 set. 2020.

MARTINEZ, J. E. Estudo da automedicação para dor musculoesquelética entre estudantes dos cursos de enfermagem e medicina da Pontifícia Universidade Católica - São Paulo. **Revista Brasileira de Reumatologia**. v.54, n.2, p.90-94, 2014. Disponível em: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S0482500414000357?token=912648B64DE9AF5325B56A957B4A2273116EEC2AA4814F52F97D5812C66E55FC961423DC4A90F9527CAE6A7F7A4323B9> Acesso em: 10 ago. 2020.
Acesso em: 10 set. 2020.

MILIÁN, A. J. G. Consumo de medicamentos referidos por la población adulta de Cuba, año 2007. **Revista Cubana de Medicina General Integral**. v.25, n.4, p.5-16, 2009. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0864-21252009000400002 Acesso em: 15 ago. 2020.

MOTA, D. M. et al. Perfil da mortalidade por intoxicação com medicamentos no Brasil, 1996-2005: retrato de uma década. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n.1, p.62-70, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v17n1/a09v17n1> Acesso em: 13 ago. 2020.

MOURA, E. C.; GOMES, R.; PEREIRA, G. M. P. Percepções sobre a saúde dos homens numa perspectiva relacional de gênero. **Ciências & Saúde Coletiva**, v.22, n.1, p.291-300, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2017.v22n1/291-300/> Acesso em: 10 set. 2020.

NASCIMENTO, R. C. R. M. et al. Disponibilidade de medicamentos essenciais na atenção primária do Sistema Único de Saúde. **Revista de Saúde Pública**.v.51, supl 2, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2017051007062> Acesso em: 12 set. 2020.

NAVES, J. de O. S. et al. Práticas de atendimento a DST nas farmácias do Distrito Federal: um estudo de intervenção. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.24, n.3, p.577-586, mar., 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v24n3/11.pdf> Acesso em: 01 set. 2020.

NAVES, J. de O. S. et al. Automedicação: uma abordagem qualitativa de suas motivações. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.15, supl.1, p.1751-1762, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2010.v15suppl1/1751-1762/> Acesso em: 10 set. 2020.

OLIVEIRA, J. F. M. Internações hospitalares e mortalidade por intoxicação medicamentosa em São Paulo. 2017. Tese (Doutorado em Serviços de Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-17042017-083842/pt-br.php> Acesso em: 12 set. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Avaliação da Assistência Farmacêutica no Brasil: estrutura, processo e resultados**. Brasília: OPAS/Ministério da Saúde; 2005. 260p. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/avaliacao_assistencia_farmaceutica_estrutura_resultados.pdf Acesso em: 20 ago. 2020.

PAULA, T. C.; BOCHNER, R.; MONTILLA, D. E. R. Análise clínica e epidemiológica das internações hospitalares de idosos decorrentes de intoxicações e efeitos adversos de medicamentos, Brasil, de 2004 a 2008. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. v.15, n.4, p.828-844, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-790X2012000400014&script=sci_arttext&tlnq=en Acesso em: 13 ago. 2020.

RIBEIRO, A. T. et al. O Perfil das intoxicações medicamentosas no Brasil. **Brazilian Journal Development**, Curitiba, v.6, n.3, p.9632-9634, mar., 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/7259/6308> Acesso em: 15 set. 2020.

SCHMID, B.; BERNAL, R.; SILVA, N. N. Automedicação em adultos de baixa renda no município de São Paulo. **Revista de Saúde Pública**. v.44, n.6, p.1039-1045, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102010000600008&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em: 13 ago. 2020.

SELVARAJ, K.; KUMAR, S .G.; RAMALINGAM, A. Prevalence of self-medication practices and its associated factors in Urban Puducherry, India. **Perspectives in Clinical Research**. v.5, n.1, p.32-36, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24551585/> Acesso em: 14 ago. 2020.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES TÓXICO-FARMACOLÓGICAS. SINITOX. **Dados de intoxicação**. Rio de Janeiro: Sinitox, 2016. Disponível em: https://sinitox.iciict.fiocruz.br/sites/sinitox.iciict.fiocruz.br/files//Brasil9_0.pdf Acesso em: 12 set. 2020.

TRAVASSOS, I. D.; MIRANDA, K. C. V. Resistência bacteriana como consequência do uso Inadequado de antibiótico. **Infarma**, v.22, n.5-6, p.54-59, 2010. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/98-359-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/98-359-1-PB%20(1).pdf) Acesso em: 12 ago. 2020.

VIEIRA, F. S.; ZUCCHI, P. Financiamento da assistência farmacêutica no sistema único de saúde. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.22, n.1, p.73-84, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902013000100008 Acesso em: 03 set. 2020.

WANNMACHER, L. **Condutas baseadas em evidências sobre medicamentos utilizados em atenção primária à saúde** . Uso racional de medicamentos. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2012. p.9-14. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1313-condutas-baseadas-em-evidencias-sobre-medicamentos-utilizados-em-atencao-primaria-a-saude-uso-racional-medicamentos-temas-selecionados-n-1-3&category_slug=assistencia-farmaceutica-958&Itemid=965 Acesso em: 15 ago. 2020.

WIJESINGHE, P.R.; JAYAKODY, R. L.; SENEVIRATNE, R. A. Prevalence and predictors of self-medication in a selected urban and rural district of Sri Lanka. **WHO. South-East Asia Journal of Public Health**.v.1, n.1, p.28-41, 2012. Disponível em: <http://www.who-seajph.org/article.asp?issn=2224->

[3151;year=2012;volume=1;issue=1;spage=28;epage=41;aulast=Wijesinghe](#) Acesso em: 10 ago. 2020.

ANEXO A**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**

QUESTIONÁRIO Nº: _____

INICIAIS DO NOME: _____

IDADE: _____

1 GÊNERO

- Feminino
 Masculino

2 ESCOLARIDADE

- Ensino Fundamental Completo Incompleto
 Ensino Médio Completo Incompleto
 Ensino Superior Completo Incompleto
 Analfabeto

3 OCUPAÇÃO/PROFISSÃO

4 POSSUI ALGUMA DOENÇA?

- Diabetes Câncer
 Hipertensão Constipação
 Cardiopatia Distúrbios Venosos
 Osteoporose Tuberculose
 Bronquite Outras

5 FEZ USO DE MEDICAÇÃO NOS ÚLTIMOS 6 MESES SEM PRESCRIÇÃO MÉDICA?

- Sim Não

6 QUAIS MEDICAMENTOS?

- Analgésicos Diuréticos
 Anti-histamínicos Antidepressivos
 Cálcio Reposição Hormonal
 Anti-inflamatório Hipnóticos
 Anti-hipertensivo Outras
-

7 QUAIS OS PROBLEMAS QUE APRESENTAVA QUANDO RECORREU A AUTOMEDICAÇÃO?

- Gripe Cefaleia
 Constipação Problemas Respiratórios
 Infecção Problemas Cardiovasculares
 Dores Osteoarticulares Outros
-

8 A AUTOMEDICAÇÃO FOI INFLUENCIADA POR:

- Amigo Publicidade
 Vizinho Acesso a fármacos no domicílio (sem prescrição)
 Familiar Prescrição anterior
 Outros
-

9 QUAL A FREQUENCIA?

- Diariamente Semanalmente Contínuo
-

10 QUAIS OS MOTIVOS QUE JUSTIFICARAM A AUTOMEDICAÇÃO EM VEZ DA CONSULTA MÉDICA?

- Não justifica consulta médica
 Falta de vagas no médico da família
 Falta de tempo
 Tempo excessivo de espera para obter uma consulta

11 ANTES DE SE AUTOMEDICAR PROCUROU INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O MEDICAMENTO?

- Sim
 Não
-

12 ONDE PROCUROU INFORMAÇÕES SOBRE O MEDICAMENTO?

- Bula
 Enfermeiro
 Farmacêutico
 Parente ou amigo

13 A INFORMAÇÃO RECEBIDA FOI COMPREENDIDA?

- Sim
 Não

14 QUANDO SE AUTOMEDICOU ENCONTRAVA-SE A TOMAR MEDICAMENTOS PRESCRITOS PELO MÉDICO?

- Sim
 Não
-

15 VERIFICOU SE EXISTIA ALGUMA INCOMPATIBILIDADE ENTRE OS MEDICAMENTOS QUE TOMOU?

- Sim
 Não
-

16 VOCE TEM CONHECIMENTO DOS RISCOS QUE O MEDICAMENTO QUE SE AUTOMEDICOU PODERIA CAUSAR?

- Sim
 Não
-

17 SURTIU ALGUM PROBLEMA RELACIONADO COM A MEDICAÇÃO COM QUE SE AUTOMEDICOU?

- Sim
 Não
-

18 SUA FAMÍLIA COSTUMA GUARDAR MEDICAMENTOS EM CASA?

- Sim
 Não

19 A ONDE SÃO GUARDADOS ESSES MEDICAMENTOS?

- Cozinha
 Quarto
 Banheiro
 Sala

20 ARMAZENADOS EM:

- Caixa
 Armário
 Sacola
 Guarda- Roupa
 Estante
 Outros
-

21 ESTES MEDICAMENTOS COSTUMAM SE GUARDADOS EM SUAS EMBALAGENS ORIGINAIS?

- Sim
 Não

22 CASO A RESPOSTA ANTERIOR FOR NEGATIVA, O QUE OCORRE COM AS BULAS?

- São jogadas fora
 Acompanham o medicamento
 São guardadas para um eventual necessidade